



Terra dos povos indígenas e a emancipação humana *Land of indigenous peoples and human emancipation*

RODRIGUES, Maria Viviane do Nascimento¹; COUTINHO, Célio Ribeiro²
ALBUQUERQUE, Jersey Oliveira³, ALENCAR, Benedito Montenegro⁴; SANTOS,
Victória Lígia Sousa dos

¹ Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail:
vivi.nascimento@aluno.uece.br;

² Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail:
celio.coutinho@uece.br,

³ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, e-mail:
jerseyoliveira@hotmail.com

⁴ Faculdade de Educação de Itapipoca/FACEDI, Universidade Estadual do Ceará/UECE, e-mail:
benedito.alencar@uece.br

⁵ Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail:
victoria.ligia@aluno.uece.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar a importância das terras para os povos indígenas, com vistas a sua emancipação humana. A pesquisa é do tipo bibliográfica fundamentada principalmente em Martins (1991), Caldart (2012) e Dias (2021). A emancipação do índio depende também de que ele se descubra como indígena que ele é, e como é, descobrindo a natureza da dominação que sofre. A pesquisa revelou que a demarcação das terras é fundamental para que os povos indígenas conquistem sua emancipação de seu território, fortalecendo a luta pela emancipação humana, e com isso a garantia de exercer sua cultura, seus costumes, suas tradições através das gerações.

Palavras-chave: povos originários; questão agrária; emancipação humana.

Introdução

Esse trabalho faz parte dos estudos realizados na disciplina de “Agroecologia, Campesinato e Educação” e no projeto de extensão “Educação do Campo, Agroecologia e Terra - Educaterra”, vinculado ao Laboratório Universitário de Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais – Lutemos, da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi), Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Quanto ao objeto de estudo deste trabalho refere-se a propriedade da terra dos povos indígenas e sua relação com a emancipação humana. Em função desse assunto ser cada vez mais recorrente em nossa sociedade, me surgiu como inquietação o porquê dessa questão não ser debatida mais amplamente nos espaços sociais, em especial nas universidades. Diante disso, para Caldart et al., (2012)



o que se observa em relação à terra no Brasil é uma complexa realidade que envolve, de um lado, múltiplas formas de acesso coletivo e comunitário, e lutas pelo seu controle democrático, no que diz respeito a terras indígenas, quilombolas, tradicionalmente ocupadas pelos movimentos sociais em luta pela Reforma Agrária; e, de outro, a reafirmação de formas monopolistas de controle da propriedade da terra no Brasil, favorecidos por ações das diversas esferas do Estado brasileiro, seja quando **nega a titulação de terras indígenas**, rejeita o reconhecimento de terras quilombolas e não legitima terras tradicionalmente ocupadas, seja quando não desapropria para fins de Reforma Agrária as terras que descumprem a função social, favorece a grilagem de terras, garante a manutenção de latifúndios improdutivos intocados e preserva o direito à propriedade privada de quem utiliza mão de obra escrava. (p. 744-745). (Grifo nosso)

Percebe-se o quanto a questão sobre a terra está em constante disputa no Brasil, ou seja, envolve relações de forças entre a classe dominante e a classe trabalhadora. De um lado, tem uma minoria com muito acesso à terra, do outro, tem uma imensa parcela de trabalhadores/as do/no campo sem-terra (inclusive os povos originários), sem moradia, sem alimentação, sem um lugar para cuidar da família, uma forma de expropriação do bens de uma determinada classe. Por isso, essa pesquisa se faz necessária e parte do seguinte questionamento: Qual a importância da demarcação das terras para os povos indígenas? Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo estudar a importância das terras para os povos indígenas, com vistas a sua emancipação humana.

O trabalho tem como importância acrescentar conhecimentos para minha formação acadêmica e pessoal, pois ao pesquisar acerca das terras dos povos originários certamente poderei compreender sobre a vida desses povos do campo. Também é relevante para a universidade, pois a partir dos achados dessa pesquisa outros discentes e docentes podem se motivar e aprofundar nesse tema levantando discussões sobre a valorização da cultura dos povos indígenas.

Metodologia

A produção desse trabalho é referenciada no método materialismo-histórico-dialético, que segundo Semeraro (2011, p. 12) “é necessário partir da realidade concreta, entender os mecanismos que a estruturam e as contradições existentes nela; de outro, é preciso projetar um mundo humanizado e socializado e lutar politicamente para realizá-lo.”

Esse estudo foi realizado em 2023 mediante uma pesquisa qualitativa e do tipo bibliográfico, que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Ou seja, o estudo está pautado na fundamentação teórica de importantes autores como Caldart (2012) e Dias (2021), dois importantes autores em educação do campo e agroecologia, mas teve também destaque a obra de Martins (1991), que trata da questão da terra indígena, da violência contra os indígenas e sua emancipação humana.



Resultados e Discussão

Os povos e as comunidades tradicionais “são vários grupos que se distinguem culturalmente do restante da sociedade brasileira por seus modos de vida e relações particulares com o meio ambiente e as terras que tradicionalmente ocupam (por posse ou propriedade).” (DIAS et al., 2021, p. 603). Esses povos viviam aqui no Brasil muito antes da chegada dos brancos europeus. Sobreviviam da terra, produziam suas plantações, alimentavam-se de nutrientes saudáveis, exerciam sua cultura tradicional e, além disso, ainda praticavam a agricultura sustentável pautada nos princípios da preservação/conservação do meio ambiente. Porém, com a vinda dos estrangeiros tudo mudou e os indígenas começaram a ser explorados, diante disso suas terras foram expropriadas em virtude do capital mercantil.

Desde os tempos da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle. Existem ainda hoje no Brasil diversas formas de uso e controle da terra, mas a forma predominante é, sem dúvida, a propriedade privada. (CALDART et al., 2012, p. 742).

Sabe-se que a terra é um bem oferecido pela natureza, mas que desde o início da civilização sempre existiu dominação de uma classe sobre outra. A dominação e a exploração que os indígenas sofreram nessa época, e que ainda sofrem até hoje, se deve ao fato de que a terra sempre foi vista pelos colonialistas brancos como propriedade privada em que se utilizam do direito de posse sobre determinado bem, isto é, esta classe se apropria de um bem natural, o qual era um espaço de coletividade dos povos indígenas.

À medida que se deteriora a forma de ocupação da terra pelo índio, como consequência da sua invasão e incorporação por fazendas e empresas, também se deteriora a sua identidade tribal. A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu modo de ser. O índio está ameaçado progressivamente de ser remetido do seu universo de não-propriedade, com a sua divisão clássica em proprietários dos meios de produção, de um lado, e proprietários unicamente da força de trabalho, de outro. A deterioração da identidade do índio é condição para destruí-lo como etnia, como grupo tribal com história, cultura, língua e futuro até certo ponto particulares. (MARTINS, 1991, p. 135).

Com a acumulação de riqueza exercida por meio do capital mercantil, o essencial da vida dos povos originários, que é o direito à terra e a reprodução pela terra, tornou-se ameaçado pelas forças do capitalismo. Destaca-se, então, que a propriedade da terra significa algo muito além do que apenas possuir um pedaço de terra, refere-se ao modo de vida, seu pertencimento, sua história, sua identidade, pois cada povo tem sua própria história de vida, cada qual com determinadas práticas e culturas que provém dos seus antepassados.

Um povo ou comunidade tradicional comumente expressa um forte sentimento de pertencimento ao seu território, nutrido pela memória do processo de ocupação desse lugar, incluindo eventos e pessoas de um passado comum, pelo apego às paisagens em que seus membros



nasceram e se criaram ao longo de gerações e pela familiaridade adquirida com esse mesmo lugar e cada um dos elementos que o constituem e são manejados por eles. (DIAS et al., 2021, p. 604).

Os povos indígenas são o que são a partir da sua produção cultural e do seu modo de reproduzir-se em seu território, isto é, os povos tradicionais se diferem dos demais grupos justamente porque estes são oriundos da terra, produzem sua subsistência na terra, colhem frutos da natureza, cuidam de toda a biodiversidade, além disso, possuem conhecimentos específicos que orientam na preservação do solo, da água (DIAS et al., 2021). Ou seja, o território torna-se essencial na demarcação das terras, visto que este espaço demarca relações de poder, e por mais que este represente o centro de conflitos e disputas é por meio dele que os povos exercem sua identidade, seu modo de vida e sua cultura. Em virtude disso

[...] podemos definir território como um determinado domínio espacial sobre o qual diferentes atores sociais afirmam um controle político, que significa na realidade uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza. O território seria, desta forma, uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação econômica, política, ideológica. (DIAS et al., 2021, p. 753).

O território é o modo de vida dos indígenas, mas é muito mais do que um espaço, pois é demarcando seu território que os povos indígenas conseguem manter-se enquanto um povo que detém os saberes provenientes dos seus antepassados. Para que essa tradição e práticas persistam é necessária a constante luta pela terra e pela emancipação humana.

A emancipação do índio depende unicamente de que ele se descubra como diferente que é, descobrindo a natureza da dominação que sofre. A partir da própria vontade do índio, da sua luta crescente, é que se fica sabendo que o Estado brasileiro não tem condições de ser fiador da emancipação. (MARTINS, 1991, p. 132).

Ao contrário disso, o Estado burguês e ditatorial introduz “sub-repticiamente no universo tribal a figura e a realidade trágica da terra emancipada em relação ao indígena que a possui, a terra-coisa, a terra-mercadoria.” (Martins, 1991, p. 131). Ainda para Martins (1991), no contexto do capitalismo,

A emancipação da terra indígena e a forma de fazê-la entrar no circuito da troca é a forma de torná-la cativa do capital, instrumento de sujeição de quem trabalha. É o capital que está sendo emancipado. É preciso remover as muralhas, as vontades, as formas de ser e pensar com que ele se defronta. (MARTINS, 1991, p. 132).

Para superar essa coisificação que o capital exerce sob os povos indígenas é preciso que o próprio indígena perceba que está sendo equiparado a uma mercadoria pelo capital, como um instrumento utilizado para a garantia de lucros por meio de suas terras. No entanto, se reconhecer com tal não é tarefa fácil, perceber-se dominado, como um mero meio de produção, significa compreender



que a sua classe é vista apenas como meio de produção (força de trabalho), um ser explorado

pela classe dominante, que além de expropriar as terras dos povos originários, controlam o seu modo de vida. Mas a terra sempre foi propriedade dos povos originários, dos primeiros povos que já habitavam estas terras, muito antes da chegada dos estrangeiros. E a terra é uma determinante para a construção da emancipação humana dos indígenas, ou seja

[...] o processo de emancipação humana em curso se efetivará quando a pré-história da humanidade, sob a sociedade de classe, for abolida, e com ela a dominação e exploração de seres humanos por outros seres humanos. Trata-se de relações sociais centradas, não na exploração e no indivíduo isolado, egoísta e competitivo, mas seres humanos solidários, cooperativos, em que os meios de produção são propriedade da humanidade. (FRIGOTTO, 2021, p. 388).

A emancipação humana sempre foi vista por Marx (2011) como um ato de libertação, por isso ele fala sobre a conquista histórica, pois é isso mesmo que é defendido neste ato de emancipar-se. É uma luta que ocorre por meio da organização do grupo subalternizado, que não aguenta mais ser explorado e almeja superar essa história de expropriação dos meios de produção, como a terra, para produzir seus próprios meios de subsistência sem precisar atender o comando da classe dominante. A tese marxista coloca a emancipação humana como uma conquista histórica quando os povos se libertam da “injunção da produção da existência, desenvolvendo forças produtivas que lhe permitem reduzir a injunção da relação com a natureza”. (PEIXOTO, 2013, p. 7).

Conclusões

Em conclusão, compreende-se, a partir dos pontos discutidos anteriormente, que a demarcação das terras indígenas é determinante para o processo de emancipação humana dos povos indígenas, visto que os povos originários poderão possuir suas legítimas terras de volta. A emancipação do índio depende unicamente de que ele se descubra como indígena que ele é, como é, e descobrindo a natureza da dominação que sofre. O direito à terra possibilitará aos indígenas a autonomia no exercício da sua liberdade para continuar a produção de sua existência e de sua história. Para garantir a valorização da sua cultura, costumes e tradições, a produção de saberes e conhecimentos, além de poder praticar sua agricultura de base agroecológica, garantir a reprodução da família, a conservação e a preservação da natureza, essenciais a todas às populações de geração em geração.

Este trabalho contribui para a agroecologia porque articula o modo de vida dos povos originários com a questão da Terra e do território, ou seja, isto faz criar condições para preservar os conhecimentos e as práticas ancestrais, que são essenciais para a preservação da vida humana e natural, portanto do planeta Terra.



A agroecologia é relevante como uma estratégia de luta pela terra e pela emancipação humana dos povos originários, pois afirma-se em uma aliança com os povos da cidade e do campo, como um movimento de luta e resistência para superar as contradições impostas pela estrutura capitalista, a exemplo, a expropriação das terras dos povos indígenas.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DIAS, Alexandre Pessoa (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Emancipação humana”. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. P. 383-389.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SEMERARO, Giovanni. **Saber-fazer filosofia: o pensamento moderno**. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2011. (Coleção Saber-Fazer Filosofia, 2).

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. Marxismo, educação e emancipação humana. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 5-28, jun. 2013.